

2. O ideário político nacional-desenvolvimentista: da CEPAL, do ISEB e do PCB

Este capítulo tem como objetivo central apresentar uma discussão sobre o debate intelectual no âmbito do ideário político nacional-desenvolvimentista.

A proposta desta dissertação é pautada por uma abordagem temporal relativamente restrita do contexto linguístico brasileiro, tendo por objeto o discurso mobilizado em documentos do período representado pela “crise no pensamento desenvolvimentista”²⁶ (1961-1964). Porém, a análise dos conceitos políticos sob uma ótica historiográfica nos leva a conceber que as diversas possibilidades de apropriações retóricas e alterações semânticas, enquanto características da polissemia que esses carregam, demandam que, para além de sua abordagem sincrônica – relativa à exegese dos documentos e seus interlocutores –, contemplemos sua intrínseca carga de historicidade e diacronia. Nesse sentido, visando defender a tese que Furtado estaria realizando uma alteração significativa nos termos do debate intelectual nacional-desenvolvimentista, iremos apresentar (com as restrições óbvias concernentes à magnitude deste trabalho) importantes aspectos desse debate durante a década de 1950. Para esse intento, selecionamos instituições e autores que elaboravam e partilhavam ferramentas conceituais que se pretendiam explicativas da realidade brasileira no período a ser estudado. Apresentaremos o debate perpetrado dentro das instituições que compõem o quadro que efetivamente constrói e mobiliza a ideologia nacional-desenvolvimentista, sendo elas: a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e o PCB (Partido Comunista do Brasil)²⁷.

Esta análise será amparada, predominantemente, por textos secundários que investigam essas instituições. Desse modo, fica implícita no trabalho uma discussão historiográfica que será melhor apresentada e discutida nos capítulos

²⁶ Ver: BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. p. 409.

²⁷ Várias publicações que analisam os termos da história intelectual do período atentam para o fato de, no fim da década de 1950 e início dos anos 60, haver uma convergência da produção dessas três instituições em torno do debate sobre a ideologia desenvolvimentista. Cada uma delas concebe seu próprio modo de operar com os conceitos mobilizados nesse debate, e é na direção da compreensão desse jogo de linguagens que a presente análise irá se focar. Sobre essa convergência ver: BIELSCHOWSKY, R. Op. Cit. e BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

seguintes, especialmente na conclusão desta dissertação. Quando conveniente, iremos adentrar a produção teórica de autores com o intuito de ilustrar os argumentos sobre os quais estamos apoiando nossas teses. Portanto, o fio condutor para a apresentação do contexto político e social do período estará imbricado com a apresentação da história das instituições e dos movimentos ocorridos no interior de cada uma delas - e entre elas - enquanto integrantes de um contexto linguístico. O foco de nossa análise incidirá sobre a forma com que cada uma dessas instituições mobilizava e partilhava os conceitos enquanto ferramentas linguísticas do debate intelectual.

Reiterando a necessidade de um recorte pragmático coerente com nosso intento, não se pretende realizar uma análise ampla dessas instituições e autores, mas selecionar, dentre suas vastas produções, elementos que possibilitem o diálogo com a discussão mobilizada por Furtado em torno do tema da democracia brasileira.

2.1 Desenvolvimentismo, nacionalismo, revolução e democracia

A primeira metade do século XX é marcada por crises e guerras de proporções mundiais. O período entre guerras foi o palco de um grande abalo dos valores e instituições da civilização liberal. Os termos do Tratado de Versalhes, o medo da revolução social aos moldes soviéticos e a grande depressão econômica de 1929 geravam movimentos conservadores de contestação dos regimes liberais-democráticos, vigentes em grande parte do ocidente.

No plano econômico, essas crises tiveram como consequência o desgaste do modelo livre cambista/liberal e a emergência de teorias que defendiam a necessidade de intervenção e planejamento estatal para regular o mercado, garantir o desenvolvimento e a superação das crises que periodicamente abalam o sistema capitalista.

Influenciados, dentre outras, pelas teorias do economista britânico John Maynard Keynes, diversos governos passam a conceber o intervencionismo econômico como alternativa para o combate à estagnação e ao desemprego, e, especialmente nos países capitalistas periféricos (caso do Brasil), para promover a industrialização, rompendo com a tradição liberal que os condenava a serem meros exportadores de gêneros agrícolas.

Pelo viés político, o instituto da “democracia burguesa” era contestado por regimes que propunham uma “terceira via” entre a democracia liberal e o comunismo, como forma de conter a revolução social em uma concepção de “Estado neutro”, intermediário entre os diversos interesses presentes na sociedade, capaz de suprimir os antagonismos de classe sob a égide do nacionalismo, em nome da harmonia social e do desenvolvimento. A Europa do período entre guerras viu a implantação de diversos regimes com caráter autoritário em oposição à democracia-liberal, associada à calamitosa situação econômica e social de alguns países, especialmente aqueles submetidos ao Tratado de Versalhes²⁸.

Neste mesmo período, a Primeira República no Brasil é derrubada com a Revolução de 1930, que incorporava elementos da crítica à democracia-liberal e às teorias do livre-mercado. Esses se conformam na centralização política e intervenção na economia que caracterizaram os seguidos governos de Getúlio Vargas.

No princípio dos anos 1930, a crise econômica mundial teve como consequência o crescimento da intervenção estatal na economia de diversos países, tendo em vista a superação do quadro de recessão. Tradicional exportador de produtos primários, o Brasil viu o mercado internacional minguar juntamente com o preço das mercadorias e com a oferta de bens industrializados. Nessa conjuntura, Vargas empenhou-se em aplicar a concepção de que o Estado deveria intervir para promover o desenvolvimento, o que culminaria com uma política de proteção e investimentos para promover a industrialização.

Na década seguinte, tendo como marco o debate Simonsen-Gudin, começam a ser formuladas teorias que atrelavam o desenvolvimento econômico à industrialização e concebiam que a atuação das forças espontâneas de mercado sem regulamentação comprometiam o desenvolvimento capitalista nos países periféricos.

²⁸ E. Hobsbawm chama a atenção para o fato de o principal fator a desencadear a crítica política à democracia liberal seria o “medo da revolução social”. Nesse sentido, a derrubada dos regimes liberais-democráticos no ocidente, durante o período entre guerras, foi perpetrada exclusivamente pela “direita”. “O medo da revolução social, e do papel dos comunistas nela, era bastante real, como provou a segunda onda de revolução durante e após a Segunda Guerra Mundial, mas nos vinte anos de enfraquecimento do liberalismo nem um único regime que pudesse ser chamado de liberal-democrático foi derrubado pela esquerda. O perigo vinha exclusivamente da direita.” HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p.116.

Segundo Ricardo Bielschowsky, o economista Roberto Simonsen poderia ser considerado o “patrono de todas as correntes desenvolvimentistas”, pois no momento de crise do liberalismo, contando com a centralização política e econômica decorrente da Revolução de 1930, este começa a promover a ideia do planejamento para o desenvolvimento industrial do Brasil, criando vários órgãos para a difusão dessa iniciativa, como a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e o Fiesp (Federação da Indústrias do Estado de São Paulo). Sua proposta inicial era de que o desenvolvimento seria promovido predominantemente pelo setor privado. Porém, durante o governo do General Gaspar Dutra (de orientação francamente liberal), Simonsen passa a apoiar a iniciativa de técnicos civis e militares, que compunham os quadros de estatais durante o governo Vargas, para a criação de uma ideologia desenvolvimentista articulada em âmbito nacional e promovida pelo próprio Estado. Esse seria o embrião da corrente desenvolvimentista nacionalista do setor público, da qual Furtado seria importante representante, juntamente com vários intelectuais que posteriormente irão compor os quadros do ISEB (1955).

Assim, o desenvolvimentismo pode ser definido como a “ideologia de transformação” que, no período que se segue ao fim da Segunda Guerra Mundial, torna-se hegemônica no Brasil, enquanto defesa de um projeto de industrialização planejada pelo Estado:

“Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.”²⁹

O contexto político ocidental no imediato pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela exaltação da democracia enquanto oposição à centralização e

²⁹BIELSCHOWSKY, R. Op. Cit. p. 7.

autoritarismo dos regimes que se constituíram na década anterior. Na Europa vivenciava-se a reconstrução e o crescimento da Social Democracia fundada no Estado de Bem Estar Social, que reforçava as propostas de planejamento e intervenção estatal como forma de gerar um capitalismo menos desigual. Nas colônias europeias, a emergência de movimentos nacionalistas de descolonização e do terceiro mundismo davam vozes a nações até então alijadas da defesa de seus próprios interesses.

No Brasil, o desmonte do regime estado novista parecia indicar avanços democratizantes na direção da ampliação da participação popular e pluralidade na representação partidária. Porém, o caráter liberal e corporativista do regime inaugurado com a constituição de 1946 aponta para a coerência do frequente emprego dos adjetivos “limitada”, “relativa” e “inacabada” nas referências à democracia instituída pela carta constitucional.

Em nossa análise procuramos apontar como o debate em torno da democracia brasileira no período esteve subordinado a concepções que integravam o cerne da ideologia nacional-desenvolvimentista. Iremos atentar para a convergência das três principais instituições responsáveis por compor o discurso nacional- desenvolvimentista, concluindo que esse seria fundado basicamente sobre as concepções de “desenvolvimento industrial”, “nacionalismo” e “revolução burguesa”, sendo secundária a discussão sobre as instituições políticas e o regime democrático brasileiro. A seu modo, cada uma das instituições fará uso desses conceitos, hora aproximando-se e hora afastando-se em suas leituras do desenvolvimento brasileiro. A discussão entre eles será melhor vislumbrada com a apresentação do debate de cada uma das instituições, mas, de maneira geral, podemos dizer que o ISEB e o PCB tinham uma maior interação enquanto entidades nacionais que, inclusive, dispunham de membros comuns; a pertinência de nossa análise da CEPAL se dá por esta ser uma organização internacional cujo arcabouço conceitual serve de referência para as outras duas instituições.

2.1.2 A CEPAL e a interpretação histórico-estrutural do desenvolvimento

A CEPAL (Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e o Caribe) foi fundada no ano de 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) como um centro de discussões para pensar o

desenvolvimento e a integração comercial regional entre seus países membros. O período que sucede sua criação se configura como um momento de grande debate e questionamento sobre a eficácia e a aplicabilidade das políticas econômicas ortodoxas, após as graves crises econômicas que marcaram o fim do século XIX e a primeira metade do século XX. Nesse sentido, a CEPAL se torna um centro de produção de um pensamento latino americano crítico a essa ortodoxia.

Por meio dessa comissão, a América Latina começa a participar do antigo - e ainda atual - debate entre as teorias que pregavam o livre mercado e as que defendiam a intervenção estatal, tão em voga desde que a as teorias keynesianas havia abalado os pilares hegemônicos do capitalismo liberal. Entretanto, esse mesmo debate começa a adquirir uma nova feição quando transplantado para a América Latina, especialmente sob a pena de um dos mais importantes componentes dessa comissão, o economista argentino Raul Prebisch. Enquanto nas economias centrais os termos desse velho embate se davam em torno do uso adequado da poupança ociosa, em nossos rincões, esses serão subvertidos para uma análise sobre a forma que assumia o desenvolvimento capitalista na periferia mundial e suas consequências: o subdesenvolvimento e as possibilidades de superação dessa condição.

Durante oito anos, Celso Furtado integrou os quadros de intelectuais vinculados à CEPAL. Trabalhando ao lado de Prebisch, aplicou ao caso brasileiro as teorias elaboradas no âmbito da comissão, sendo um dos grandes responsáveis pela elaboração das bases teóricas que sustentam o nacional-desenvolvimentismo.

As questões em torno da teoria cepalina de análise do subdesenvolvimento, e sua transposição para o caso brasileiro perpetrada por Furtado, claramente têm suas raízes no campo econômico, porém, permeiam completamente o debate político, especialmente por se constituírem a partir de uma abordagem histórico-estruturalista. Portanto, além do âmbito das relações econômicas, o subdesenvolvimento seria um fenômeno com explicações históricas e implicações políticas. Além disso, a metodologia de interpretação do subdesenvolvimento cepalina serve de base teórico-analítica para a ideologia nacional-desenvolvimentista, objeto deste capítulo. Logo, as reflexões em torno dos paradigmas teóricos elaborados nesse contexto serão de fundamental importância para a compreensão do ideário político do período.

A seguir iremos apresentar alguns dos argumentos de Prebisch em torno do tema do subdesenvolvimento que, posteriormente, serão apropriados por Furtado para analisar o caso específico da economia e política brasileiras.

Perpetrando uma análise da dimensão política e histórica da teoria do subdesenvolvimento elaborada por Prebisch, iremos destacar dois aspectos de suas propostas: a leitura do subdesenvolvimento como condição da periferia e como padrão de desenvolvimento sem precedentes e problemáticos.

2.1.3 O subdesenvolvimento e a dinâmica centro-periferia

Como já argumentamos anteriormente, a teoria do subdesenvolvimento proposta por Prebisch tem implicações políticas bem palpáveis. Isso porque, diferentemente das teorias liberais, ela é elaborada de forma que a ação política é vista como fator de fundamental importância. Ao criticar os automatismos e as leis gerais para o desenvolvimento capitalista presentes nas teorias liberais ortodoxas, sua leitura do subdesenvolvimento atribui esse fenômeno a bases históricas específicas dos países de industrialização tardia. Isso dá espaço para conceber que o desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos se efetivaria a partir de medidas de planejamento e escolhas políticas. O que, por sua vez, teria como consequência a possibilidade, e, na interpretação do autor, a necessidade de intervenções para operar mudanças nesse esquema.

Prebisch instaura na CEPAL uma metodologia analítica dualista, que concebe que dinâmica econômica mundial opera diferentemente em cada extremo do eixo centro-periferia. Essa proposição serve, inicialmente, para argumentar que a difusão do progresso técnico se deu de forma desigual em seus opostos, mas, mais importante que isso é sua constatação de que a Divisão Internacional do Trabalho contribui para o crescente distanciamento entre as regiões centrais e periféricas, o que explicaria a discrepância na distribuição dos ganhos decorrentes do desenvolvimento em cada situação. Nas economias centrais, o desenvolvimento entre os diversos setores da economia se deu de forma relativamente homogênea, sem grandes discrepâncias entre os níveis de produtividade na agricultura e na indústria; nos setores exportadores e nos voltados para o mercado interno.

O desenvolvimento econômico da periferia, por outro lado, é caracterizado pelo fato de somente os setores voltados para a exportação de gêneros primários aos países centrais contarem com altos índices de produtividade, enquanto o resto do sistema produtivo desenvolve-se a um ritmo irrisório. Essa formulação é a base da crítica de Prebisch ao princípio ricardiano das vantagens comparativas, o qual afirmava que, independentemente de onde ocorresse o progresso técnico, as leis de mercado dariam conta da transferência dos ganhos, seguindo a lógica que os avanços tecnológicos iriam baixar os custos de produção dos produtos finais da indústria. Como os bens produzidos pelo progresso técnico estariam disponíveis no mercado internacional e a discrepância de preços seria corrigida pelas leis de mercado, os países periféricos não precisariam se preocupar em desenvolver sua indústria, exercendo sua vocação de exportadores de produtos agrícolas³⁰. Porém, os estudos publicados pela CEPAL denunciam que, apesar dos custos de produção dos bens industrializados realmente diminuírem com a incorporação de novas tecnologias, o excedente criado por essa maior margem de lucro não é compartilhado com o países periféricos por meio da diminuição dos preços no mercado internacional, mas apropriado por empresários dos países centrais, o que elevava as rendas nesses países e aumentava os preços desses produtos para os periféricos.

Essa teoria cepalina crítica às teses liberais fica conhecida como tese da deterioração dos termos de troca:

“Um raciocínio simples sobre o fenômeno que comentamos permite-nos formular as seguintes considerações:

Primeiro: Os preços não baixaram de acordo com o progresso técnico, pois enquanto, por um lado, o custo tendeu a baixar em virtude do aumento da produtividade, por outro, elevou-se a renda dos empresários e dos fatores produtivos. Nos casos em que a elevação da renda foi mais intensa que a da produtividade, os preços subiram, em vez de diminuir.

Segundo: Se o crescimento da renda, nos centros industrializados e na periferia, tivesse sido proporcional ao aumento das respectivas produtividades, a relação de preços entre os produtos primários e os produtos finais da indústria não teria sido diferente da que existiria se os preços houvessem baixado estritamente de acordo com a produtividade. E, dada a maior produtividade da indústria, a relação de preços ter-se-ia deslocado em favor dos produtos primários.

Terceiro: Uma vez que, na realidade, como se verificou, a relação se deslocou

³⁰ Sobre a Teoria ricardiana das vantagens comparativas ver: PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais.(1949) IN: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**, Vol. I, Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 100.

num sentido desfavorável aos produtos primários, entre os anos 1870 e os anos 1930, é evidente que a renda dos empresários e dos fatores produtivos, nos centros industriais, cresceu mais do que o aumento da produtividade, e na periferia, menos do que seu aumento correspondente.

Em outras palavras, enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico.”³¹

As causas desse fenômeno observado por Prebisch diriam respeito à própria dinâmica do capitalismo que operaria por ciclos de produtividade, oferta e demanda, ascendentes e descendentes. Ainda que exista transferência de lucro dos empresários dos países centrais para os produtores primários dos periféricos, e nas fases ascendentes os preços primários subam mais que os dos produtos finais; nas fases descendentes os primeiros também sofrem maior queda, tendo como agravante a desorganização das “massas trabalhadoras”, já que, em sua maioria, elas operariam na produção primária. Essa desorganização das massas trabalhadoras as impede de conseguir benefícios e estabilidade de salários como ocorre nos países centrais e em setores mais desenvolvidos da economia, o que acaba por contribuir para a concentração de renda, o constrangimento do desenvolvimento do mercado interno e para a exportação dos excedentes da produção:

“No tocante ao mercado de trabalho e à organização dos trabalhadores, a CEPAL observava menor oferta de mão-de-obra nos países centrais, combinada com maior sindicalização e organização dos trabalhadores, o que resultava num maior poder de barganha dos trabalhadores centrais e, por conseguinte, em salários mais altos. Dessa forma, os trabalhadores do centro estariam absorvendo parte ou a totalidade dos acréscimos de produtividade, obrigando os empresários a elevar os preços dos produtos industrializados para defender uma certa margem de lucratividade. Já na periferia, a abundância de mão-de-obra e a fraca organização dos trabalhadores traduzia-se em baixos salários e preços ainda menores dos produtos primários em geral, exportando, assim os eventuais aumentos de produtividade.”³²

2.1.4 A industrialização da periferia e seu padrão de desenvolvimento sem precedentes e problemático

A interpretação cepalina do processo de desenvolvimento industrial da periferia mundial nos interessa, especialmente, por seu enfoque histórico do desenvolvimento periférico – “sem precedentes” - e as consequências implicadas

³¹ Ibid. p. 83.

³² MANTEGA, G. Op. Cit. p. 37.

no sentido da superação desse quadro – “problemático”.

A análise realizada por Prebisch da industrialização da periferia passa por uma comparação com a revolução industrial ocorrida nos países centrais. Em “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” (1949), a primeira constatação proposta pelo autor é a de que, por conta de condições históricas, os fenômenos não podem ser comparados - no sentido de uma equivalência. O que impediria essa equivalência seria o fato do desenvolvimento industrial nos países centrais ter ocorrido em um contexto histórico, econômico e social diverso. Diverso, especialmente pelo fato de que, por terem sido os países que primeiro se industrializaram, esse processo ocorre em uma situação na qual não estaria estabelecida uma Divisão Internacional do Trabalho baseada na dualidade centro-periferia. Assim, nem o padrão de desenvolvimento e nem os fundamentos macroeconômicos dos países industrializados seriam aplicáveis no caso dos países periféricos.

Por conta de características do padrão de desenvolvimento problemático das economias subdesenvolvidas - a especialização e a heterogeneidade estrutural –, decorrentes do fato de que os altos níveis de produtividade só são alcançados pelo setor agroexportador, e pela presença de grandes economias industrializadas regendo a Divisão Internacional do Trabalho, a adoção do *laissez-faire* pelos países subdesenvolvidos geraria desemprego, deterioração dos termos de troca, desequilíbrio externo, inflação, e, acima de tudo, inviabilizaria a industrialização.

“A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. Nesse sentido, a análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da ‘periferia’, ressaltando os entraves ao ‘desenvolvimento econômico’, em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades. Com isso, a CEPAL questionava não apenas a divisão internacional do trabalho vigente no mundo capitalista, como também criticava o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela Teoria Clássica ou Neoclássica do Comércio Internacional que sustentava essa divisão.”³³

Para a CEPAL, a superação do subdesenvolvimento passa necessariamente por uma política de industrialização. Essa deveria ser conduzida pelo

³³ Ibid. p. 34.

planejamento e decidido apoio estatal como forma de superar os entraves estabelecidos pela vigência da dinâmica centro-periferia no mercado internacional, que estabelece uma dependência da periferia às importações do centro. Portanto, para conciliar desenvolvimento industrial com crescimento econômico, e superar esse padrão problemático, a proposta de intervenção cepalina se baseia em protecionismo à indústria nacional incipiente sob uma política de substituição de importações e realização de reformas estruturais:

“a solução reside numa política de crescimento envolvendo transformações estruturais. O problema externo só pode ser neutralizado na medida em que o sistema econômico vier a tornar-se mais independente das importações, o que só se pode alcançar através de um grande esforço industrializante. A oferta de alimentos requer reforma agrária e forte apoio governamental à estrutura de irrigação, armazenagem, transporte etc. Isto, tanto quanto os gastos com serviços de utilidade pública, não pode ser implementado sem reforma radical no sistema tributário, e todas essas mudanças são impensáveis numa economia estagnada.”³⁴

É interessante notar que uma das soluções anticíclicas propostas pelo autor diz respeito à necessidade de controle estatal dos mecanismos de regulação do comércio exterior por meio de mecanismos protecionistas e reformas que levassem a um desenvolvimento econômico mais justo. Nesse sentido, enquanto a defesa de reformas institucionais com vistas na melhoria da distribuição de renda só passam a figurar como elementos centrais no debate político brasileiro ao fim da década de 1950 e início dos anos 1960, o caminho defendido pela CEPAL para uma política de desenvolvimento a longo prazo não passaria somente pelo aumento da produtividade, mas pelo planejamento e definição de prioridades, com destaque na direção de políticas de distribuição de renda:

“No fundo, estamos diante de um problema de avaliação das necessidades. Os recursos para satisfazer as enormes necessidades privadas e coletivas da América Latina são relativamente escassos; e a possível contribuição do capital estrangeiro também é limitada. Assim, é preciso avaliar essas necessidades em função da finalidade buscada, a fim de distribuir esses recursos limitados da forma mais conveniente. E, se essa finalidade consiste em aumentar o bem-estar mensurável da coletividade, o aumento do capital por homem tem que ocupar um lugar prioritário de grande destaque.”³⁵

Inserida nessa defesa de uma melhor distribuição de renda como catalisadora do desenvolvimento, encontra-se uma crítica aos mecanismos de

³⁴BIELSCHOWSKY, R. Op. Cit. p. 24

³⁵PREBISCH, R. Op. Cit. p. 110.

controle inflacionário usuais que viabilizariam a industrialização ao contribuir para a acumulação. Segundo Prebisch, em vez de contribuir para a viabilidade da industrialização – que certamente dependeria da acumulação – a falta de controle na utilização desses recursos, na verdade, privilegiava grupos minoritários, cujo consumo suntuoso assemelha-se ao dos países centrais e não contribuía para o aumento da produtividade:

“As grandes disparidades da distribuição da renda podem ser e têm sido, historicamente, um fator favorecedor da acumulação de capital e do progresso técnico. Sem desconhecer o que isso significou também nesses países, há exemplos notórios e frequentes de como essas disparidades distributivas estimulam formas de consumo características dos países de alta produtividade. Assim, com frequência, há um malogro de importantes possibilidades de poupança e de um emprego eficaz das reservas monetárias em importações produtivas.”

[...] “seria interessante averiguarmos em que medida as citadas reservas foram preferencialmente destinadas à importação dos bens de capital mais necessários, em que outra medida foram gastas em artigos não essenciais, ou que correspondem apenas aos estilos de vida dos grupos de alta renda, e até que ponto serviram para cobrir a saída de capitais provocada pelo desenvolvimento da inflação.

Essas diferentes formas de utilização das divisas estão estreitamente ligadas às consequências internas da inflação. A alta de preços, ao gerar lucros extraordinários, coloca nas mãos de um grupo relativamente pequeno grandes possibilidades de poupança, como sempre ocorre quando é assim alterada a distribuição da renda. Seria também de grande interesse indagar até que ponto essas possibilidades se traduziram numa poupança efetiva, e se a aplicação dessa poupança foi feita da forma mais produtiva para a coletividade.”³⁶

Porém, apesar de propor uma interpretação original para o subdesenvolvimento, defendendo a industrialização dos países periféricos como via para a emancipação econômica perante o imperialismo, e o desenvolvimento da estrutura social sobre bases distributivistas, em fins da década de 1950 o modelo proposto pela CEPAL começa a demonstrar seus limites. Mais adiante, trataremos da “crise do desenvolvimentismo” e da contribuição de Furtado para avançar sobre esses limites. Por hora, cabe apresentar um trecho da análise de Mantega:

“Conforme já foi salientado, a teoria cepalina arquitetou um plano de transformações econômicas para a América Latina na base da intervenção estatal em prol da industrialização e da valorização das atividades voltadas para o mercado interno. Essas medidas deveriam modificar a estrutura econômica da

³⁶ Ibid. p. 112.

periferia, propiciando a elevação e a retenção da produtividade e, finalmente, resultar em alterações na estrutura social e política a partir da extensão dos benefícios do desenvolvimento para a maioria dos grupos sociais. Mas, será que a plena implantação das relações de produção capitalistas conduziria, automaticamente, aos benefícios sociais postulados pela CEPAL? Na prática, a resposta revelou-se negativa à medida que aumentava a concentração de renda e as desigualdades dessas populações ao longo dos anos 50, apesar da industrialização em curso, levando a CEPAL a repensar suas teses e a se preocupar mais diretamente com os problemas sociais e políticos.

A essa altura ficava claro que a CEPAL deixara de analisar com maior profundidade a natureza das relações de classe do modo de produção capitalista que ela própria receitara para a América Latina. E aí revela-se a pouca atenção que vinha dedicando aos aspectos sociais e políticos das transformações em marcha nesse continente.

Ao postular o desenvolvimento capitalista, a CEPAL pressupunha que essa forma de organização econômica traria benefícios sociais gerais, não apenas para a burguesia industrial, que era uma parcela reduzida da população, como também para as demais classes e grupos sociais (trabalhadores, classe média, etc.), que se constituíam no grosso da nação.

Falta, porém, uma explanação detalhada de como se difundiria a riqueza e o bem-estar para toda essa população, levando a crer que isso deveria efetivar-se de forma automática e espontânea, como se fosse uma decorrência inevitável da industrialização, do aumento do emprego urbano e da produtividade que a acompanhariam.”³⁷

2.2 O nacional-desenvolvimentismo e o pensamento político no ISEB: nacionalismo, industrialização e aliança de classes.

A partir dos anos 30 do século vinte, o nacionalismo no Brasil vai ganhando novos formatos de acordo com as transformações histórico-sociais que se perpetram nesse contexto de rompimento dos paradigmas liberais e surgimento da ideologia desenvolvimentista. Por volta da década de 1950, e pensando especificamente nos Governos Vargas (1950-1954) e Juscelino Kubitschek (1955-1960), esse nacionalismo passa a estar ligado intimamente a uma específica proposta de desenvolvimento, até seu esgotamento no governo de João Goulart (1961-1964).

“Naqueles governos, o nacionalismo estaria enquadrado em uma concepção ‘desenvolvimentista’ que envolvia a noção de um crescimento econômico voltado para o mercado interno, com características de autonomia nacional e distributivismo social.”³⁸

³⁷ MANTEGA, G. Op. Cit. pp. 41-42.

³⁸ WEFFORT, F. Desenvolvimento e Democracia: Helio Jaguaribe e os Primeiros anos do ISEB. IN: _____. **Formação do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 2006. p. 298.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi a principal instituição responsável pela criação e propagação da ideologia nacional-desenvolvimentista no Brasil. Sua gênese se deu em torno dos encontros de intelectuais paulistas e cariocas, no Grupo de Itatiaia, ocorrido na região entre os dois estados, que posteriormente transmuta-se para uma entidade privada o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política). O IBESP era mantido a partir de contribuições de seus próprios membros, o que representava uma grande limitação para a difusão de seus trabalhos e publicações. Durante o governo de Café Filho, os intelectuais ibespianos pleiteiam, junto ao Ministério da Educação e Cultura, a colaboração do Governo Federal para criação e manutenção de um centro de estudos voltado para a análise da realidade brasileira e para a elaboração de políticas de desenvolvimento nacional – o ISEB. Sua fundação é decretada enquanto órgão de apoio do Ministério, em Julho de 1955, contando em seus quadros com intelectuais de formação bastante heterogênea, mas com objetivos convergentes no sentido da elaboração de uma ideologia capaz de promover a mobilização em torno do desenvolvimento brasileiro, sob a égide de um projeto de industrialização nacionalista:

“Hélio Jaguaribe, Candido Mendes e Ewaldo Correia Lima vinham de origens católicas e evoluíram para posições próximas da social-democracia. Outros, como Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto, foram militantes do movimento integralista, que, porém, deixaram como uma página virada dos anos 1930. Caminhariam, não obstante as origens integralistas, para posições radicais de esquerda, diferentemente daqueles que, de origem católica, evoluíram para a centro-esquerda. O historiador Nelson Werneck Sodré (1911-1999), então coronel do exército e membro do Partido Comunista, ingressou no ISEB já no início, não como fundador, mas como um dos seus participantes efetivos.”³⁹

Utilizando-se do arcabouço conceitual e de ferramentas de análise desenvolvidas pela CEPAL para compreender o processo de desenvolvimento nos países periféricos, os intelectuais do ISEB aplicar-se-ão na defesa de um projeto de industrialização conduzida pelo Estado, como a única forma de superação da condição de subdesenvolvimento.

A interpretação isebiana do contexto político-econômico brasileiro tinha como eixo central os debates em torno do nacionalismo e das condições do

³⁹ Ibid. p. 302.

desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A elaboração desses temas será apresentada em torno de quatro ideias chave recorrentes nas análises sobre o instituto: imperialismo, revolução nacional, a revolução capitalista e o dualismo estrutural do capitalismo brasileiro.

Celso Furtado estava muito próximo do Instituto, participando de conferências e proferindo palestras junto a este, estabelecendo o contato entre a teoria cepalina do desenvolvimento nos países periféricos e o pensamento social brasileiro. Portanto, essa instituição será um importante interlocutor de nosso trabalho, no sentido da análise do ideário político do período.

Novamente, reforçamos que a heterogeneidade dos quadros que compõem o instituto nos impele a fazer generalizações apoiadas na literatura secundária. Essa heterogeneidade dos quadros do instituto se deu tanto sincronicamente – pois eles eram compostos por autores com convicções diversas em um mesmo período –, quanto diacronicamente – pois momentos de crise levaram a cisões e importantes reformulações nesses quadros. Essas mudanças nos atores que compunham o instituto resultaram em significativas alterações de temas e abordagens, com reflexos na própria produção ali perpetrada. A mais significativa dessas mudanças nos quadros do instituto remetem à crise envolvendo Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos, por desavenças com relação às proposições de Jaguaribe em seu livro “Nacionalismo na atualidade brasileira” (1958), que leva ao afastamento dos dois perante o instituto.

Jaguaribe destacava-se como um dos principais mentores do ISEB, e seu afastamento determina uma mudança nos paradigmas que norteavam as suas publicações. Após sua saída, a condução do instituto é feita primeiramente por Roland Corbisier (1959 – 1962) e depois por Álvaro Vieira Pinto (1962 – 1964). Esquemáticamente, podemos afirmar que, se no período no qual Jaguaribe dirigiu o instituto, este se pautava pela discussão nacionalista em torno do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. Posteriormente à sua saída, e, em especial, após Vieira Pinto assumir sua direção, o instituto se aproxima do marxismo e do debate em torno das reformas de base.⁴⁰

Para nosso debate sobre alterações no ideário político nacional-

⁴⁰ Para uma melhor discussão em torno das periodizações propostas para as diversas fases do ISEB e das suas mudanças editoriais, ver: LOVATTO, A. **Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960**: um projeto de revolução brasileira. Tese de Doutorado - PUC-SP, São Paulo, 2010. pp. 67 – 79.

desenvolvimentista perpetradas por Furtado, iremos dialogar com o ISEB considerado representante do “desenvolvimentismo original”⁴¹. Portanto, ao tratar do pensamento político do ISEB, estaremos nos referindo à fase “juscelinista” do instituto, marcada pela presença dos isebianos históricos (1955 – 1960).

2.2.1 Revolução nacional e revolução capitalista

A ideologia nacional-desenvolvimentista, em grande parte elaborada pelos intelectuais do instituto, resguardava a noção que o desenvolvimento nacional poderia se dar dentro dos quadros do sistema capitalista. Por meio da difusão de uma “consciência crítica”, com teor claramente nacionalista, sobre as condições do subdesenvolvimento brasileiro - isto é, a forma que o capitalismo vinha se desenvolvendo no Brasil, e sua relação com os países capitalistas centrais –, os intelectuais isebianos tinham por objetivo intervir na realidade socioeconômica brasileira no sentido do planejamento de um desenvolvimento capitalista autônomo. Essa “consciência crítica” estaria posta em oposição à noção de “alienação”⁴², que determinava o caráter dependente do capitalismo brasileiro. O papel do intelectual isebiano seria, portanto, o de contribuir para a autonomização e racionalização da sociedade brasileira, tendo como principal interlocutor a burguesia industrial, tomada como classe capaz de conduzir esse desenvolvimento autônomo. Isso se daria pela criação e adoção dessa “consciência crítica” – a partir da ideologia nacional-desenvolvimentista - e pelo desenvolvimento autônomo – sustentado pelo planejamento racional -, em oposição à condição de subdesenvolvimento imposta pelas relações econômicas atreladas ao liberalismo, à alienação e ao imperialismo⁴³.

⁴¹ Quando tratarmos da “crise do desenvolvimentismo” o emprego dessa expressão ficará mais claro. Por hora cabe apontar que trataremos do desenvolvimentismo da corrente nacionalista da década de 1950. Cf. BIELSCHOWSKY, R. Op. Cit. p. 429.

⁴² Caio Navarro Toledo chama a atenção que, em uma livre apropriação dos um conceito da teoria marxista, os autores isebianos transferem seu foco “do terreno das contradições de classe” e o conjugam com a retórica nacionalista na defesa da revolução capitalista brasileira. Cf. TOLEDO, C. N. **ISEB : fábrica de ideologias**. 2. ed. - São Paulo : Atica, 1982.

⁴³ Convém elaborar uma nota exemplar sobre as generalizações às quais nossa apresentação está sujeita. Nem todos os intelectuais do instituto se valiam do conceito de imperialismo em suas análises, porém, mesmo mobilizando conceitos diferentes, Caio Navarro Toledo aponta que o principal constrangimento ao desenvolvimento era partilhado, sob concepções análogas, refletidas na dualidade “nação x antinação”: “Para Vieira Pinto, R. Corbisier e N. W. Sodré, as forças que se agrupam em torno daqueles setores que obstaculizam o projeto nacional-desenvolvimentista têm no imperialismo o seu principal agente. G. Ramos e C. Mendes falam em centros dominantes ou metropolitanos como ‘forças opostas’ ao desenvolvimento, mas nunca chegam a conotá-los com o

A concepção isebiana da questão do imperialismo tinha direta influência da leitura cepalina da dinâmica centro-periferia, conforme formulada por Raúl Prebisch. Os interesses nacionais deveriam prevalecer sob os interesses imperialistas que, propositalmente, freavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Assim, da mesma forma que a CEPAL, o subdesenvolvimento brasileiro era visto, não como uma fase pela qual todos os países então desenvolvidos haviam passado, e, sim, como decorrência da imposição de um cabedal de relações capitalistas de cunho imperialista, que atuavam no sentido da perpetuação da dependência perante os países centrais. Isso implicava que, diferentemente da industrialização nos países desenvolvidos, nos quais, em geral, essa se perpetrou sob um arcabouço liberal, no Brasil, o rompimento com as relações imperialistas necessitava da ação do Estado enquanto principal promotor do desenvolvimento.

A “revolução nacional” seria, portanto, uma virada em direção à autodeterminação e à tomada de consciência dos “interesses nacionais”, próprios ao desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, e à condução desses interesses pelo Estado brasileiro. O papel dos intelectuais seria o de delinear esses interesses e criar uma ideologia capaz de “conscientizar” os diversos grupos sociais em torno de um planejamento comum liderado pelo Estado e pela burguesia industrial. Segundo a concepção do ISEB, o desenvolvimento autônomo brasileiro estava diretamente relacionado a um projeto de industrialização e, nesse sentido, à “revolução capitalista” brasileira.

A interpretação isebiana da “revolução capitalista” seria baseada em uma releitura não ortodoxa das teorias de Marx e Schumpeter, com ênfase nos seus elementos culturais e ideológicos.⁴⁴ Essa, quando alegava a necessidade da execução de uma “revolução capitalista”, não negava a existência do capitalismo no Brasil, mas pressupunha a superação do “capitalismo mercantil” pelo “capitalismo industrial”, sendo somente o segundo capaz de gerar o desenvolvimento por eles defendido:

“[...] o capitalismo mercantil já tem o lucro como objetivo claro da atividade

conceito de imperialismo. Para H. Jaguaribe, o imperialismo jamais é privilegiado pela análise, uma vez que não é entendido a rigor e, em princípio, como força antagônica.” Ibid. p. 82.

⁴⁴ BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Iseb e da Cepal à Teoria da Dependência IN: TOLEDO, C. N. (org). **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2005. p 55.

econômica, mas não definiu ainda o aumento da produtividade como o meio por excelência para alcançá-lo. Para o mercantilismo, o monopólio derivado do comércio de longa distância, ou dos privilégios outorgados pelo rei, é suficiente para garantir o lucro mercantil. É só a partir da Revolução Industrial que a revolução capitalista se completa, e que os lucros alcançados em mercados predominantemente competitivos passam a depender da incorporação sistemática de progresso técnico à produção. É com a passagem do capitalismo mercantil para o industrial que as duas características essenciais do desenvolvimento econômico – a acumulação capitalista com incorporação sistemática de progresso técnico – se materializam, provocando o crescimento sustentado da renda por habitante e a melhoria dos padrões de vida da população. É também nesse momento que o agente por excelência do desenvolvimento, o empresário industrial, se configura. No Brasil, segundo o ISEB, esse processo histórico começa propriamente em 1930.”⁴⁵

Portanto, em oposição ao capitalismo mercantil, a revolução capitalista iria possibilitar um desenvolvimento “sustentado”, pois as empresas não estariam mais amparadas por monopólios, necessitando investir não só na acumulação, mas também no progresso técnico para garantir seu crescimento. Essa noção de desenvolvimento “sustentado” envolve a crença presente em grande parte da produção do instituto, segundo a qual, com a instauração de uma política industrialista controlada pelo Estado e com a tomada de consciência por setores da burguesia industrial dos interesses nacionais, o desenvolvimento viria como decorrência imediata da industrialização:

“O desenvolvimento que emerge da revolução capitalista é “sustentado” porque, a partir de então, a acumulação de capital e o progresso técnico se tornam condição de sobrevivência das empresas. Ao contrário do que acontecia no capitalismo mercantil, a empresa que não continua a investir na modernização de seu sistema de produção e de seus produtos e serviços perecerá. A partir desse raciocínio, era razoável que o ISEB e a CEPAL supusessem que, depois da industrialização, o desenvolvimento se tornaria praticamente automático.”⁴⁶

2.2.2 Dualismo estrutural e modernização

A crença na industrialização e em sua capacidade de reformar profundamente as estruturas econômicas e sociais brasileiras advinha de uma leitura dualista do desenvolvimento na periferia do capitalismo. Segundo essa interpretação, nos países subdesenvolvidos, conviveriam setores tradicionais,

⁴⁵ BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. IN: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004. p. 56.

⁴⁶ Ibid. p. 56.

atrelados ao imperialismo e responsáveis pela perpetuação da condição de subdesenvolvimento – especialmente a burguesia agroexportadora –, e setores modernos capazes de absorver os atrasados por meio da transferência de capitais, promovendo a industrialização e trazendo o desenvolvimento – as classes trabalhadoras e a burguesia industrial (alcançada de “burguesia nacionalista”). Portanto, o dualismo no Brasil operaria em duas instâncias diferentes, a externa e a interna. A primeira diz respeito às relações de dependência no plano internacional decorrentes do desenvolvimento desigual da periferia mundial; e a segunda trata da dicotomia interna entre setores retrógrados e dinâmicos da economia; entre uma classe dominante e atrasada - atrelada ao capitalismo mercantil -, e as classes modernas - que necessitam ocupar a posição dominante para promover o desenvolvimento:

“O desenvolvimento, portanto, pode ser entendido como o processo de absorção dessa mão-de-obra pelo setor capitalista, na medida em que este tem condições de oferecer um salário um pouco maior do que o nível de subsistência que prevalece no setor tradicional. O grande desafio do desenvolvimento brasileiro está em superar essa dualidade. Para o ISEB cabia à industrialização essa tarefa; ao Estado competia liderá-la; aos empresários industriais, associados aos trabalhadores, executá-la; ao nacionalismo, dar-lhe um sentido.”⁴⁷

É interessante apresentar um contraponto das propostas do ISEB em relação às teorias da modernização, vigentes nesse mesmo contexto. Apesar de ambas estarem focadas no tema do desenvolvimento capitalista nos países “atrasados”, os teóricos da modernização analisavam a realidade dos países subdesenvolvidos sob os “moldes” do desenvolvimento dos países centrais. Nesse sentido, sugeriam uma linha evolutiva para o desenvolvimento dos subdesenvolvidos segundo preceitos predeterminados, sem considerar as relações de trocas internacionais, sob as quais estaria ocorrendo essa modernização nos casos periféricos:

“A preocupação de Rangel e dos demais membros do grupo era não confundir sua teoria da dualidade básica da economia brasileira com a teoria da modernização, que simplesmente opunha um setor tradicional a um moderno. Colocada em termos de modernização, a teoria era uma simplificação dramática do materialismo histórico e não garantia especificidade ao subdesenvolvimento. O desenvolvimento seria simplesmente a passagem da sociedade tradicional para a moderna. Para o ISEB é também isto, mas o desenvolvimento dos países

⁴⁷ Ibid. p. 65.

periféricos, além de enfrentar o problema da alienação nacional, caracterizava-se por essa contradição dual entre um pólo principal e outro secundário, e pela dependência de ambos em relação ao exterior.”⁴⁸

Devemos atentar que, ao considerar os dualismos externo e interno como obstáculos ao desenvolvimento, e ao ressaltar que sua superação impõe a necessidade de uma aliança entre as “classes modernas” - burguesia industrial nacionalista e as classes trabalhadoras –, esse tipo de formulação ignora as contradições de classe no âmbito capital x trabalho, e passa ao largo do debate sobre o regime político brasileiro. Sua crítica incide muito mais sobre os constrangimentos da dominação externa e do capitalismo mercantil expostos na dualidade nação x antinação do que sobre as relações entre as classes sociais na democracia brasileira. O debate sobre a interação entre as classes sociais no Brasil fica assim delimitado às relações no interior de cada classe que abrigaria estratos modernos e tradicionais, o que nos permite indagações sobre a concepção de democracia – ainda que não explícita, e até por isso – na ideologia nacional-desenvolvimentista.

2.2.3 Aliança de classes e democracia

Esquemáticamente, podemos afirmar que o ISEB pautava sua proposta pela necessidade de conscientização dos setores progressistas da sociedade da existência de um “interesse situacional” - acima das contradições de classes expressas na contradição capital x trabalho - determinado pelo desenvolvimento nacional. O desenvolvimento seria tomado como um processo de industrialização pautado na substituição de importações que visava diminuir a dependência brasileira perante as potências imperialistas e superar o capitalismo mercantil. O fato desse desenvolvimento estar associado à implantação do capitalismo industrial faria com que determinado setor da burguesia fosse considerado como uma classe progressista – burguesia nacionalista - que partilhava, assim como os trabalhadores, desse “interesse situacional”.

Portanto, a ordem social que rege a busca pelo desenvolvimento nacional no ISEB seria baseada na harmonia de interesses entre diferentes classes sociais que, em nome de um “interesse situacional”, iriam deixar de lado os antagonismos

⁴⁸ Ibid. p. 64.

decorrentes da relação capital-trabalho. Instruída pelos intelectuais, a burguesia nacional romperia com o imperialismo e seria a grande promotora do desenvolvimento industrial com o apoio estatal. A implantação do capitalismo industrial, por si só, conduziria ao desenvolvimento social e à melhoria nas condições de vida de toda a população:

“Do ponto de vista de Jaguaribe e do ISEB, o grosso da população seria automaticamente beneficiada pela ação dos empreendedores da burguesia nacional, o que daria aos conflitos sociais do país contornos diversos da tradicional e ‘irredutível luta de classes’. Nas circunstâncias brasileiras, os conflitos sociais se desenrolariam mais no interior de cada classe do que propriamente no âmbito das divergências entre classes distintas, condindo setores ‘estáticos e dinâmicos’ de cada classe, e aproximando-os entre si. Nessa ótica, a contradição principal que caracteriza a sociedade brasileira é a que opõe a nação à antinação, e não a contradição capital-trabalho, que dividiria a sociedade em termos de classes sociais.” [...] “Nelson Werneck Sodré também sustentava, por exemplo, que a contradição capital-trabalho seria secundária, uma vez que a formação social brasileira ‘não havia atingido o estágio desenvolvido’, vale dizer, o capitalismo desenvolvido.”⁴⁹

Essa visão das relações sociais a partir da aliança entre grupos progressistas, e da industrialização enquanto medida capaz de levar à superação das mazelas que afligiam as classes mais pobres da sociedade, determinou o pequeno investimento perpetrado pelos autores isebianos na crítica aos mecanismos institucionais do regime político brasileiro. Vários autores irão apontar para a virtual ausência de uma reflexão sobre o funcionamento da democracia no Brasil⁵⁰:

“O ISEB, reproduzindo o padrão de preocupações e as prioridades dos anos 50 no Brasil, não estava particularmente preocupado com a questão da democracia. Seus membros não adotavam a tese marxista de que a “a democracia burguesa seria meramente formal”, mas estavam claramente mais interessados no desenvolvimento do que na democracia. Foi só a partir dos anos 70, quando as esquerdas brasileira e latino-americana sentiram na carne os efeitos do autoritarismo, que a democracia passou a ser um objetivo central para elas.”⁵¹

⁴⁹ MANTEGA, G. Op. Cit. pp. 60-61.

⁵⁰ Concebemos a dificuldade de se fazer uma análise sobre a “ausência de uma reflexão sobre o funcionamento da democracia no Brasil” sem incidirmos no erro do anacronismo. Porém, quando estamos propondo que Furtado, em seus textos da década de 1960, estaria rompendo com padrões de análise e direcionando a reflexão sobre o desenvolvimentismo para uma dimensão pouco – ou nada – explorada por seus pares, vemo-nos impelidos a refletir sobre essa “ausência” – cientes das dificuldades –, com vistas na explanação de um argumento que perpassa todo nosso trabalho e será melhor explicitado no capítulo seguinte.

⁵¹ BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. IN: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004. pp. 74-75.

Ainda que os valores democráticos e as questões sociais fossem temas presentes nas obras dos autores isebianos, uma discussão sobre a “forma”, o funcionamentos das instituições e as relações entre as classes sociais era somente tangenciada, tendo como mote a retórica da aliança de classes.⁵²

Sobre a questão das reformas e da industrialização, durante a década de 1950, Bielschowsky se refere aos economistas nacionalistas:

“Em sua grande maioria, os economistas nacionalista eram pessoas particularmente preocupadas com as condições de desemprego, pobreza e atraso cultural da população brasileira, e com o arcaísmo das instituições vigentes no país, fosse no campo ou no interior da administração estatal. Não se deve, porém, exagerar a importância desse aspecto do pensamento dos nacionalistas. Trata-se de um traço menos marcante que a posição que assumiam frente a questões monetárias, e em nada comparável à ênfase que davam à defesa da intervenção estatal na economia. Nas décadas de 40 e 50, a mensagem básica de seus textos limitava-se, praticamente, a apontar para a industrialização como processo transformador, capaz, em si mesmo, de minar os alicerces conservadores da sociedade e viabilizar a superação da miséria.”⁵³

Daniel Pécaut também comenta como a reflexão em torno da democracia brasileira, em geral, ficou restrita aos círculos conservadores do pensamento social brasileiro:

“Ao longo de nosso percurso através dos anos 30 e 50, não encontramos muitos intelectuais inclinados ao elogio da democracia ‘formal’. Quando a democracia não era pura e simplesmente identificada com liberalismo oligárquico, desagregação social e individualismo nocivo, em resumo, com tudo que criasse obstáculos à construção nacional, era identificada com a supremacia das elites tradicionais, com a deformação da representação nacional ou com imobilismo. Embora alguns membros da Esquerda Democrática se esforcem, após 1945, em fazer prevalecer outra imagem da democracia, são rapidamente marginalizados pelos grandes contingentes de intelectuais que depois se prontificaram a recolher a herança getulista e a promover o povo ao nível de sujeito da Nação. Conforme

⁵² Não estamos tratando da crítica ao nacional-desenvolvimentismo perpetrada por intelectuais vinculados à Escola de Sociologia da USP, segundo a qual o ISEB seria uma instituição representante dos interesses das classes dominantes, e, portanto, em sua essência, de uma ideologia conservadora. Para um inventário das críticas ao nacional-desenvolvimentismo de autores como Francisco Weffort, Caio Navarro de Toledo, Carlos Guilherme Mota e Maria Sílvia Carvalho Franco ver: MOTTA, L. E. O ISEB no banco do réus. IN: **Revista Comum**, vol. 5, nº 15, Ago./Dez. 2000. ; Nesse sentido, compartilhamos da leitura de R. Bielschowsky, buscando compreender nuances desse “amadurecimento político” de que fala o autor: “A ‘fé’ na industrialização como via de superação da miséria era, sem dúvida, otimista e mesmo ingênua, mas estava longe de ser conservadora. Afinal, o amadurecimento político da sociedade brasileira não permitiu, antes do final dos anos 50, a politização do debate desenvolvimentista no nível da discussão de reformas progressistas que tangenciassem as questões básicas associadas às relações de produção entre classes sociais.” BIELSCHOWSKY, R. Op. Cit. p. 131.

⁵³ Ibid. p. 131.

sua visão da vida política, a posição que os intelectuais se conferem não os incita a manifestar um zelo excessivo quanto aos procedimentos democráticos.”⁵⁴

E ainda em referência direta aos desenvolvimentistas nacionalistas:

“Mostraremos também que os antinacionalistas usavam e abusavam de referência democrática, o que pode explicar, em parte, por que os nacionalistas foram tão parcimoniosos nesse assunto e lhe deram uma conotação negativa, dado que esta se limitava a designar os procedimentos de representação.”⁵⁵

No seio da teoria política isebiana - mediada pelo antagonismo entre consciência crítica x alienação, imperialismo x autonomia e pelo dualismo externo e interno - reside uma leitura do desenvolvimento impulsionado pela revolução nacional/burguesa – enquanto processo em direção à industrialização conduzida pelo Estado -, que pressupunha uma aliança de classes entre os setores progressistas da sociedade brasileira. Muito pouco se produziu sobre a forma e o funcionamento das instituições do regime político e da democracia brasileira, sendo a democratização - em seu conteúdo distributivista - e a modernização das estruturas sociais atreladas de maneira automática à evolução do desenvolvimento industrial.

2.3 O PCB e a democracia no Brasil: Ilegalidade e etapismo

Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) tem sua trajetória marcada por breves períodos de legalidade e participação parlamentar, e uma importante atuação enquanto organização política que, mesmo à margem das instituições formais, contava com grande influência sobre diversos estratos da sociedade. Considerado ilegal já no ano de sua criação, assim permanece durante grande parte de sua história. Durante as décadas de 20 e 30 esteve na legalidade somente por um breve período (de janeiro a agosto de 1927). Após a derrota da Revolta Comunista (1935) - promovida pela ANL (Aliança Nacional Libertadora) com apoio do PCB –, a escalada da repressão à oposição perpetrada por Vargas fez com que o partido perdesse grande parte da força e da representatividade durante um longo período.

Enquanto participante da Frente Democrática contra o Estado Novo

⁵⁴ PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p. 103.

⁵⁵ Ibid. p. 192.

(1945), com a queda do regime ditatorial que determina a anistia dos presos políticos (dentre eles o secretário geral do partido Luís Carlos Prestes) e liberdade de organização partidária, o PCB obtém sua legalidade como partido político, vive um “renascimento”⁵⁶ e o auge de sua participação na esfera institucional se dá entre os anos de 1945 e 1947. Prestes elege-se senador, o partido conta com uma adesão eleitoral significativa, organiza publicações na imprensa, aproxima-se de sindicatos e extratos das classes médias, denotando uma organização enquanto “partido de massas”⁵⁷.

Neste momento, a postura do partido era decisivamente pautada pela defesa da democracia, das instituições e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, seguindo uma concepção etapista do advento do socialismo, na qual este se encontrava distante e, acima de tudo, dependente do cumprimento da etapa da “revolução burguesa” do capitalismo brasileiro. Esse posicionamento refletia-se nos pronunciamentos de Prestes, que defendia a democracia como forma de evitar “insurreições desastradas”, e em tempos que se falava em possibilidades de golpes, o PCB representaria o “esteio máximo da lei e da ordem”.⁵⁸

Apesar do golpe militar perpetrado pelo Marechal Eurico Gaspar Dutra e o General Gois Monteiro, apoiados por setores conservadores, a Assembléia Constituinte, que elabora a Carta de 1946, conta com a participação de parlamentares do PCB. Esses contribuem para a aprovação dos direitos de greve, autonomia sindical e ampliação dos direitos trabalhistas.

Porém, ainda em 1946, o então presidente Dutra restringe o direito de greve e, no ano seguinte, com o acirramento da Guerra Fria, rompe relações diplomáticas com a União Soviética e aprova a Nova Lei de Segurança Nacional. Esta permite a cassação do registro eleitoral do partido, culminando com a suspensão dos mandatos dos parlamentares comunistas e o fechamento dos órgãos de imprensa ligados ao PCB em 1948.

Após a euforia inicial diante da possibilidade de alcançar os ideais socialistas dentro dos quadros da institucionalidade democrática – decorrente do grande crescimento do partido em seu curto período de legalidade - a reflexão

⁵⁶ SEGATTO, J. A. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Neves de Almeida (org.). **O Brasil Republicano** Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

⁵⁷ KONDER, L. A. **Democracia e os Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980. p. 49.

⁵⁸ Citado por Konder; Ibid. p. 54

dentro do PCB em torno das potencialidades da democracia brasileira será marcada por oscilações quanto à interpretação das possibilidades de ação nessas circunstâncias. Oscilações essas que conduziram, inclusive, a rupturas no partido. De maneira sintética, podemos afirmar que, mesmo nos períodos em que se adota a tese da “revolução democrático burguesa”, a mobilização do conceito de democracia era feita de maneira instrumental. Já que essa era vista como uma etapa a ser superada com a revolução, pouco se produziu sobre o funcionamento das instituições democráticas brasileiras no âmbito do PCB.⁵⁹

2.3.1 Política ou Insurreição

O retorno do partido à ilegalidade teve como reação o crescimento da descrença na “democracia burguesa” e a aproximação com a linha stalinista defendida pelo Kominfom (Agência de Informação dos Partidos Comunistas) do PCUS (Partido Comunista da União Soviética). Sob essas orientações, as baterias do partido se voltam para a crítica à social-democracia e ao imperialismo. As propostas de ação no Brasil se deram pelo abstencionismo eleitoral e pela criação de uma Frente Única de Libertação Nacional contra a “ditadura feudal burguesa”⁶⁰. Essa postura sectária, de rompimento com a ordem institucional, explícita no Manifesto de Agosto de 1950, teve por consequência a perda de bases do partido e o afastamento dos sindicatos.⁶¹

“No mundo inteiro, os comunistas – liderados por Stálin – são concitados a concentrar seus ataques nos ‘aliados vacilantes’, nos ‘oportunistas’, nos elementos ‘pretensamente progressistas’, nos sociais-democratas, nos trabalhistas. Essa linha política é aplicada no Brasil com resultados bastante negativos: ela contribui para o isolamento do PCB, desejado pela direita.”⁶²

O segundo mandato de Vargas (1951 – 1954) foi mais tolerante com o PCB que o Estado Novo e o governo de Dutra, o que possibilitou que os

⁵⁹ Alguns autores apontam como exceção os artigos de Elias Chaves Neto para a *Revista Brasileira*, nos quais haveria uma reflexão mais detida sobre o funcionamento da democracia brasileira. Brandão; SANTOS, R. “A presença das teses caiopradianas nos textos de Elias Chaves Neto” IN: _____. **A importância da tradição pecebista**. Rio de Janeiro: Fundação Astrogildo Pereira, 2011.; e BRANDÃO, G. M. Op. Cit. p. 219.

⁶⁰ SEGATTO, J. A. Op. Cit. p. 224.

⁶¹ Segundo Konder, neste período, o PCB perde 90% de seus adeptos. KONDER, L. A Op. Cit. p. 93.

⁶² Ibid. p. 77

comunistas gradualmente voltassem a atuar junto aos sindicatos. O suicídio de Vargas, em um momento de crescimento da influência de setores conservadores e de tentativas de golpes, determina um redirecionamento de posições no partido. A comoção popular e o posicionamento anti-imperialista, expresso na carta testamento do ex-presidente, levam o PCB da oposição à estratégia política de aproximação das bases de apoio getulistas. Essa posição é reforçada no IV Congresso do PCB (1954), no qual é abandonado o abstencionismo eleitoral e definido o apoio à chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart, que viria a ser vencedora nas eleições presidenciais daquele ano. A partir desse momento, o PCB vai se aproximando gradativamente do trabalhismo, defendendo a revolução democrática burguesa contra o imperialismo e o “feudalismo” da estrutura agrária brasileira.

Após a vitória da chapa apoiada pelo PCB, e influenciado pelas resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), tem início um processo de renovação no partido, conhecido como “nova política”, no qual se volta a defender a união das forças democráticas e, inclusive, a importância da Constituição de 1946.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética foi marcado pelas revelações feitas pelo então secretário geral do PCUS, Nikita Khrushchov, sobre os crimes cometidos por Joseph Stalin. Essas caem como uma bomba sobre os movimentos comunistas em todo o mundo, gerando perplexidade, mudanças de paradigmas e rachas. No caso do PCB as mudanças se deram no sentido de uma revisão do dogmatismo stalinista, iniciada com o congresso de 1954, e no retorno da concepção da “revolução pacífica” pela organização de uma frente única democrática, tendo em vista o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Posição essa expressa neste trecho da Declaração de Março de 1958, reproduzida por Leandro Konder:

“A direção do PCB se unia em torno do reconhecimento de que havia um processo objetivamente favorável à luta pela democracia vinculado ao próprio desenvolvimento do capitalismo. ‘A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência

permanente’.”⁶³

O V Congresso do Partido Comunista do Brasil (1960) viria reafirmar as teses expostas na Declaração de 1958, segundo a qual a democracia seria um caminho para a instauração do socialismo, contrariando assim as teses marxistas-leninistas em torno da necessidade da revolução socialista imediata. A adoção dessa postura, mesmo que em acordo com o PCUS, leva a conflitos internos no partido, que culminam com a organização de dissidentes em um outro partido, ainda sob inspiração stalinista, o PC do B (1962). Por conta do afastamento das teses ortodoxas de uma via única para a implantação do comunismo, os dirigentes do PCB mudam o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, apontando para a mudança dos paradigmas teóricos, que agora deveriam levar em conta a realidade brasileira para pensar a ascensão do socialismo. Por sua vez, o PC do B assume a nomenclatura original do partido mais antigo – Partido Comunista do Brasil.

A fala de Prestes nesse momento representa o rompimento com a doutrina revolucionária e aponta para a confiança em avanços no regime democrático:

“Os comunistas brasileiros reafirmam ainda uma vez que não são contra o regime democrático. Ao contrário, lutam pela democracia e são favoráveis à pluralidade de partidos, que exprime os diversos interesses e tendências do povo brasileiro”⁶⁴

A partir de então, o PCB adota uma linha de “soluções positivas”, que fazem com que o partido se torne cada vez mais participativo na vida política nacional até a derrubada do regime em 1964. A defesa da bandeira das reformas de base o aproxima de setores sindicais, trabalhistas, camponeses, proletários e intelectuais. O PCB passa a partilhar da formulação também presente no ISEB – lembremos que Nelson Werneck Sodré fazia parte das duas instituições – de que, como o capitalismo industrial não havia se estabelecido no Brasil, o proletariado não teria desenvolvido a consciência de classe. Isso determinava que a luta de classes não se apresentaria, em seu formato original, naquele estágio do desenvolvimento capitalista brasileiro, sendo necessário trabalhar para a efetivação da revolução burguesa a partir da aliança de classes. Assim, antes da luta entre classes trabalhadoras e classes detentoras dos bens de produção,

⁶³ Ibid. p. 104.

⁶⁴ Ibid. p. 110.

priorizava-se o conflito contra o imperialismo e as classes tradicionais, responsáveis pelo atraso das estruturas econômicas e sociais brasileiras.

É interessante notar que ao longo de nossa apresentação fica evidente como em vários momentos de sua história, mesmo estando na ilegalidade, o PCB defendeu a manutenção da democracia e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Porém, devemos explicitar que junto desse apoio estava exposta (usamos esse termo, pois não interpretamos como dissimulação) a concepção de rompimento com a ordem capitalista. Portanto, a democracia podia ser vista como uma “fase” ou como uma “via para o socialismo”, mas no final havia a proposta de suplantação da ordem burguesa e implantação do socialismo.⁶⁵

Ressaltamos que, por mais que a democracia em seu conteúdo distributivista fosse, em diversos momentos, mobilizada e valorizada pelos integrantes do Partido Comunista Brasileiro, muito pouco se fez no sentido da compreensão de seu funcionamento no âmbito do capitalismo periférico. A análise pecebista aproximava-se da proposta do ISEB, segundo a qual, a revolução burguesa haveria de ser perpetrada a partir de uma aliança entre as classes progressistas contra o imperialismo e o latifúndio. Enquanto conteúdo, a democracia podia ser considerada um arquilexema⁶⁶, mobilizado por diversos matizes políticos, para legitimar os mais diversos fins. Porém, em matéria de reflexão sobre seu funcionamento no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ela foi marginalizada pelas diversas correntes políticas e filosóficas da esquerda brasileira.

2.4 A crise do desenvolvimentismo

Apresentamos anteriormente alguns pontos do movimento de ideias relacionado com o pensamento desenvolvimentista, tendo como recorte o debate perpetrado por sua corrente nacionalista. Segundo a periodização proposta por Bielschowsky, a ideologia desenvolvimentista teve seu auge no governo de

⁶⁵ Não ressaltamos esse ponto para sustentar que o golpe militar tivesse qualquer fundamento amparado no argumento de ameaça à democracia por esse grupo em especial. Nossa análise, inclusive, reforça que as reivindicações propostas pelos militantes do partido nesse período não eram exatamente radicais, estando, em grande parte, coadunadas com as proposições legalistas expostas pelos desenvolvimentistas do ISEB – desenvolvimento industrial autônomo e reformas de base (especialmente a reforma agrária).

⁶⁶ Cf. KOSELLECK, R. Op. Cit. p. 107.

Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) expresso pelo alto grau de desenvolvimento industrial, crescimento econômico e estabilidade política – para os padrões brasileiros -, porém, entre o ano de 1961 – especialmente a partir da renúncia de Jânio Quadros - e o golpe militar de 1964, a crise político-econômica havia determinado uma inflexão no pensamento desenvolvimentista, que caracterizaria um momento de crise também em seu núcleo ideológico:

“Entre 1961 e o golpe militar de 1964, houve forte instabilidade política, inédita mobilização por reformas sociais, grandes dificuldades monetárias, financeiras e cambiais e, a partir de 1962 (sobretudo em 1963), acentuado declínio nas taxas de crescimento. Como reflexo dessa nova conjuntura e da maior politização alcançada pela sociedade brasileira, ocorreu uma crise no pensamento desenvolvimentista”⁶⁷

Essa crise foi expressa pela introdução de elementos novos e revisão de pressupostos caros à ideologia desenvolvimentista. Guiados pela interpretação de Bielschowsky, iremos chamar a atenção para um aspecto central dessas mudanças: a relação entre desenvolvimento industrial e mudanças sociais – um dos eixos centrais da discussão proposta por Furtado nos documentos que iremos analisar.

Primeiramente, cabe-nos apontar para o fato da temática das reformas sociais passar a ocupar lugar de destaque no debate econômico e político nacional. Essa ênfase na necessidade das “reformas de base” denota uma significativa mudança de enfoque no leque das preocupações desenvolvimentistas tradicionais – planejamento das inversões industriais e crescimento da economia. A urgência de se pensar saídas de curto prazo para a crise econômica apontavam para a necessidade de mudanças institucionais, para se alcançar o desenvolvimento econômico e social defendido pelos desenvolvimentistas. Não queremos afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico calcado na industrialização tivesse perdido o sentido, mas esse “novo conteúdo social” apontava para um distanciamento do “projeto desenvolvimentista original”⁶⁸.

Surge um espectro “menos otimista” em torno do desenvolvimento industrial como força suficientemente capaz de alterar o quadro social brasileiro – ainda que esse continue sendo visto pelos desenvolvimentistas como

⁶⁷ BIELSCHOWSKY, R. Op. Cit. p. 409.

⁶⁸ Cf. BIELSCHOWSKY, R. Características gerais do pensamento econômico nas fases de auge e crise do desenvolvimento: 1956-64 IN: _____. Op. Cit. pp. 401-430.

imprescindível. A própria manutenção do desenvolvimento passa a estar atrelada à reforma das estruturas institucionais do país, visando especialmente à reformulação de mecanismos de distribuição de renda, com destaque para a reforma agrária. Outro ponto que denota uma ampla mudança na ideologia desenvolvimentista – para além dos condicionantes mais imediatos relacionados à crise brasileira – é o fato da própria CEPAL – um organismo internacional – propor uma reformulação analítica nesses mesmos moldes:

“O pensamento cepalino – que, além de ideologicamente afinado com a corrente desenvolvimentista nacionalista, era seu principal sustentáculo – passava por uma reformulação analítica, inspirada em termos ideológicos, no reconhecimento de que a industrialização não resolvia, por si só, o problema do desemprego e da pobreza. Como vimos na Introdução a este trabalho, já nos anos 50 a Cepal identificava uma série de problemas estruturais que, segundo pensava, o planejamento econômico deveria resolver, para viabilizar o desenvolvimento industrial. Havia, porém, otimismo em todas as análises estruturalistas da época. Na entrada dos anos 60, o sentimento que acompanha os textos cepalinos já é de forte pessimismo. Seus autores, que passavam a suspeitar que nem mesmo um bom planejamento bastaria para resolver os problemas estruturais – conceituados, nesse momento, como desequilíbrios ‘setoriais’ e ‘regionais’ –, entendiam que, para solucionar os ‘desequilíbrios sociais’, havia necessidade de redistribuir a renda e reorientar o estilo de desenvolvimento econômico.”⁶⁹

Bielschowsky ainda sugere, a “nível de especulação”, que a crise do desenvolvimento daria lugar “a um novo ciclo ideológico no pensamento econômico – abortado pelo golpe de 1964 –, ou seja, um ciclo ‘reformista’, ou talvez um ciclo de ‘desenvolvimentismo reformista’”⁷⁰. O ciclo “desenvolvimentista puro” começa a perder sua força explicativa quando a industrialização deixa de ser uma expectativa e torna-se uma realidade. A formulação do autor quanto ao posicionamento das correntes políticas “progressistas” – que abordamos anteriormente – nesse contexto de crise do desenvolvimentista é uma ótima síntese para ilustrar alguns pontos que iremos abordar posteriormente em nossa análise:

“Entre o ‘centro’ e a ‘centro esquerda’ (ou a ‘esquerda positiva’, conforme a expressão de San Thiago Dantas) encontravam-se, essencialmente, os desenvolvimentistas nacionalistas, formando a nova corrente reformista. Conforme argumentos anteriores, estavam reformulando de forma embrionária a proposta desenvolvimentista original, em busca de um projeto de incorporação da população como um todo no desenvolvimento capitalista através de reforma

⁶⁹ Ibid. p. 422.

⁷⁰ Ibid. p. 428.

fiscal distributivista e, sobretudo, através de uma ampla reforma agrária. De resto, continuavam a defender o controle do capital estrangeiro e a ampla intervenção na economia.” [...] À esquerda encontrava-se em primeiro plano e em fase de grande atividade o Partido Comunista Brasileiro. Seus membros aproximavam-se, eventualmente, dos reformistas, dentro de sua perspectiva de ‘aliança do operariado com a burguesia nacional progressista’, mas debatiam as questões econômicas e sociais a partir da preocupação fundamental com a etapa revolucionária de transição para o socialismo. O contexto para a militância dos intelectuais do PCB era favorável, já que estavam na ordem do dia as discussões sobre a reforma agrária e capital estrangeiro. A novidade, entre as esquerdas, foi o surgimento de diversas organizações dissidentes e de projetos revolucionários divergentes entre si.”⁷¹

Nesse sentido, no próximo capítulo, iremos conduzir a análise das obras de Furtado enquanto expressão dessa crise do desenvolvimentismo. Vamos destacar, especialmente, os elementos que refletem essa reformulação da “proposta desenvolvimentista original” na condução de novos rumos para o capitalismo industrial “que nascera com graves distorções, sobretudo sociais”, e no qual sua reflexão sobre a democracia ocupa lugar de destaque na elaboração de um “projeto de capitalismo democrático”.

⁷¹ Ibid. p. 429.